



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
INTERDISCIPLINARES**

MARLENE ROCHA RAMOS

**O USO DAS TECNOLOGIAS COMO RECURSO
METODOLÓGICO NO ENSINO MÉDIO
PROFISSIONALIZANTE**

CAMPINA GRANDE-PB
2014

MARLENE ROCHA RAMOS

**O USO DAS TECNOLOGIAS COMO RECURSO
METODOLÓGICO NO ENSINO MÉDIO
PROFISSIONALIZANTE**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

Orientadora: Dr^a Marta Lucia de Souza Celino

CAMPINA GRANDE – PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

R175u Ramos, Marlene Rocha
O uso das tecnologias como recursos metodológico no ensino médio profissionalizante [manuscrito] : / Marlene Rocha Ramos. - 2014.
38 p.

Digitado.
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Marta Lúcia de Sousa Celino, Departamento de Educação".

1. Tecnologia. 2. Ensino profissionalizante. 3. Conhecimento. I. Título.

21. ed. CDD 371.334


MARLENE ROCHA RAMOS

**O USO DAS TECNOLOGIAS COMO RECURSO
METODOLÓGICO NO ENSINO MÉDIO
PROFISSIONALIZANTE**


Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

Aprovado em 19 de julho de 2014.

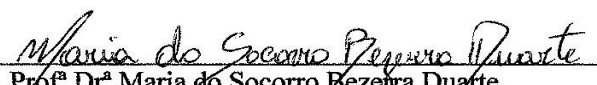
BANCA EXAMINADORA:



Dr^a Marta Lucia de Souza Célio - UEPB
Orientadora



Prof^a Ms. Juliana Nóbrega de Almeida - UEPB
Examinadora - 1



Prof^a Dr^a Maria do Socorro Bezeira Duarte
Examinadora - 2

AGRADECIMENTOS

À Deus, a minha mãe, meu pai (IN MEMORIAN), irmãos e amigos, ao meu esposo e a minha filha com todo meu carinho.

À minha orientadora prof^a. Dr^a Marta Lucia de Souza Celino, pela paciência e Orientação.

DEDICATÓRIA

À Deus, a minha mãe, meu pai (in memorian),
irmãos e amigos, ao meu esposo e a minha
filha com todo meu carinho.

RESUMO

O estudo tem como objetivo analisar a importância do uso da tecnologia na educação, bem como, abordar as questões referentes ao uso da Internet e das mídias no Ensino Médio profissionalizante como alternativa para aprendizagens significativas e adequadas as necessidades dos indivíduos na atualidade. As tecnologias no Ensino Médio profissionalizante oportunizam a aquisição de novos saberes. Para tanto, optou-se por um estudo bibliográfico embasado nos estudos dos autores estudiosos da temática, além da utilização de livros, artigos de revistas científicas, dissertação e monografias disponíveis na Web. O que foi possível concluir: é importante o uso da tecnologia na Educação profissionalizante no nível Médio. Sendo assim, evidencia-se que, com os avanços tecnológicos e as mudanças no mercado de trabalho exigem mudanças de posturas dos profissionais comprometidos com a educação de jovens. Por isso, é de suma importância o ensino para o trabalho mediado pelas tecnologias, principalmente para aqueles que precisam ter acesso imediato ao campo do trabalho. Desse modo, o resultado deste estudo mostra que, a tecnologia contribui para o desenvolvimento dos indivíduos, por conseguinte, possibilita a formação profissional de acordo com as necessidades da sociedade.

Palavras-chave: Tecnologia. Ensino profissionalizante. Conhecimento.

ABSTRACT

The study aims to analyze the importance of using technology in education, as well as address issues related to the use of the Internet and media in the Middle vocational education as an alternative to meaningful and appropriate learning needs of individuals today. Technologies in high school vocational nurture the acquisition of new knowledge. To this end, we opted for a bibliographic study grounded in the studies of scholars of theme, besides the use of books, journal articles, monographs and thesis available on the Web that was possible to conclude: it is important to use technology in vocational education in the Middle level. Thus, it is evident that, with technological advances and changes in the labor market require changes in attitudes of professionals committed to the education of young people. It is therefore of paramount importance to the teaching work mediated by technology, especially for those who need immediate access to field work. Thus, the result of this study shows that the technology contributes to development of individuals, therefore, allows the training according to the needs of society.

Keywords: Technology. Vocational education. Knowledge.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	A TECNOLOGIA E AS MÍDIAS NA EDUCAÇÃO.....	11
3	TECNOLOGIA E ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE.....	18
3.1	ENSINO PROFISSIONALIZANTE.....	
3.1.1	Capital e políticas públicas no ensino profissionalizante.....	31
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
	REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

O uso da tecnologia na escola é uma exigência da sociedade, significando o meio de aquisição de conhecimento e comunicação que se deu mediante a expansão deste novo espaço de sociabilidade. Neste sentido, a educação não está alheia as necessidades dos alunos frente ao novo perfil tecnológico centralizado através nas mídias em contínuo processo de construção de saberes. Sendo assim, o objetivo deste estudo é o de analisar a importância da tecnologia na educação, bem como, abordar as questões referentes ao uso da Internet e das mídias no Ensino Médio profissionalizante.

Neste estudo desenvolvemos uma pesquisa de cunho bibliográfico, fundamentado nas teorias dos autores como: Harvey e Morin, dentre outros.

Percebe-se que, a internet possibilita o acesso a diversos conhecimentos e cada vez mais informações. Assim, um maior número de pessoas utiliza este meio para a aquisição de novos conhecimentos. Entende-se que, a sociedade está assentada sob as bases da informática e a medida que se desenvolvem provocam mudanças sistematicamente.

Neste contexto, os recursos tecnológicos têm penetrado na sociedade com infraestrutura adequada as expectativas dos indivíduos devido a flexibilidade e a interatividade promovida via as ferramentas disponíveis pela tecnologia. Por isso, a escola vem incluindo na educação das novas gerações, o ensino mediado pela tecnologia produzindo uma nova forma de inclusão digital.

Desse modo, as mídias contribuem para potencializar a aprendizagem dos conteúdos, contribuindo no processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, a dinâmica e as potencialidades da internet permitem ao educador viabilizar novas metodologias de ensino. Neste sentido, o uso das tecnologias na educação estimula a construção dos novos conhecimentos.

Ressalta-se ainda que, a informática é um meio de aliar-se a prática pedagógica a teoria, enriquecendo as possibilidades de pesquisa via internet e ao mesmo tempo promover aprendizagens significativas.

Posto isto, o objetivo do ensino médio profissionalizante é formar novos técnicos para o mercado de trabalho, inseridos nesta sociedade em pleno desenvolvimento das tecnologias. Assim, a partir da aprendizagem de conhecimentos significativos adquiridos nos ambientes digitais possibilita a interdisciplinaridade entre os conteúdos escolares. Neste sentido, os

ambientes digitais aparecem como elementos capazes de promover a construção de novos saberes dentro e fora da sala de aula.

Pode-se dizer ainda que, a escola precisa mudar as práticas pedagógicas e buscar acompanhar as transformações dos sujeitos na sociedade, em virtude da oferta variada de possibilidades metodológicas no âmbito da informática. Neste contexto, surge a formação de comunidades virtuais dentro da rede, chamada de ciberespaço.

Nesta perspectiva, o uso das tecnologias visa promover o aprimoramento do aprendizado, inserindo o aluno da rede pública no mercado de trabalho, haja vista que, na sociedade da informação o uso das ferramentas tecnológicas no ensino se faz necessária para o desenvolvimento dos indivíduos. Acredita-se que, a tecnologia propicia um aprendizado significativo e produzem resultados satisfatórios as propostas educacionais.

Neste sentido, o estudo proposto abordou aspectos importantes da educação profissionalizante e do avanço tecnológico para construção do conhecimento. Para melhor compreensão o trabalho foi dividido em dois capítulos:

No primeiro capítulo apresentamos uma análise sobre a importância da tecnologia na educação.

No segundo capítulo tratamos sobre o Ensino Médio profissionalizante aliado a tecnologia e as mídias na educação, por fim, apresentamos as considerações finais e as referências.

2 A TECNOLOGIA E AS MÍDIAS NA EDUCAÇÃO

Percebe-se que, a tecnologia e as mídias na educação além de ferramentas e máquinas, envolvem os meios e as atividades mediante as quais os seres humanos tentam mudar ou manipular o seu ambiente, também se usavam associadas as mudanças, manipulações e ações com base no método científico e seu uso e aplicações trazendo conseqüências individuais para as ciências e, conseqüentemente, para o conjunto social. A interação do indivíduo com as tecnologias tem transformado profundamente o mundo e o próprio indivíduo (SANCHO, 1998).

Pode-se identificar que, a relação entre ciência e tecnologia vai aos poucos modificando o indivíduo e as sociedades; esta mudança ocorre independente da utilização que se faça da tecnologia.

Entende-se que, atualmente não conseguimos separar ciência e tecnologia por sua dependência e interdependência. Sancho (1998, p.30) comenta que toda e qualquer tecnologia vai aos poucos e gradativamente criando um ambiente humano totalmente novo. A absorção da tecnologia pela cultura ocorre a partir de valores pré-estabelecidos pelas sociedades.

Segundo Sancho (1998, p. 33-34), a tecnologia constitui um novo tipo de sistema cultural que reestrutura o mundo social e ao escolhermos as nossas tecnologias nos tornamos o que somos e desta forma fazemos uma configuração do nosso futuro. Existe, teoricamente, um vínculo entre tecnologia e o sonho de progresso que por sua vez está associado a alguns valores judaico-cristãos nas sociedades ocidentais, o argumento da evolução na produção de máquinas que gera uma desculpa para o seu uso a partir de problemas gerados pelas necessidades ou ainda pela decisão de uso. Atualmente, afirmar que a tecnologia é um processo de desenvolvimento, uma forma de vida, um habitat humano, vincula a tecnologia ao acervo cultural de um povo, estando condicionadas as relações sociais, políticas e econômicas que se constituem em um espaço e num tempo determinados. (SENAC, 2001).

Este raciocínio nos remete ao conceito de cultura:

É um processo contínuo de criação coletiva, um fenômeno plural e multiforme que não se manifesta apenas como produção intelectual e artística e mesmo científica; ela está presente nas ações cotidianas, na forma de comer, de vestir, de relacionar-se com o vizinho, de produzir e utilizar as tecnologias. As realizações humanas constituem manifestações culturais e são consideradas, portanto, produções tecnológicas. (SENAC, 2001, p.56).

E ainda “O homem enche de cultura os espaços geográficos e históricos. Cultura é tudo que é criado pelo homem” (FREIRE, 2003, p.30).

Neste sentido, o componente cultural para compor a visão de tecnologia, não só de tecnologias instrumentais, mas também de tecnologias simbólicas como a linguagem, a escrita, os desenhos, os ícones e outros sistemas de representação; nos diferencia dos demais seres vivos é esta capacidade de criação e desenvolvimento do conteúdo tecnológico.

Assim sendo, as tecnologias geradas pelas sociedades ao longo de sua história promovem uma reorganização dos padrões levando a uma evolução crescente onde o principal agente ainda é o ser humano e não a máquina. O mito do domínio da tecnologia nos persegue há séculos e tende a ser superado a cada nova tecnologia alcançada.

Desse modo, com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa na década de 60 houve um movimento de profunda discussão no mundo da educação e uma discussão dos conceitos de comunicação. A informática provocaria outra transformação na educação nos anos 70, trazendo muitas possibilidades antes não imaginadas. Desde então o constante desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação disponibilizaram novas utilizações dessas tecnologias na educação (SENAC, 2001).

Pode-se dizer que, o uso da tecnologia está associado às questões e intenções educacionais, ou seja, proporcionar um ensino dinâmico para toda a coletividade, propiciando ao aluno o contato com a cultura tecnológica do seu tempo e o desenvolvimento de um senso crítico sobre estas tecnologias que conhece, domina e sente-se seguro.

Por isso, envolver os alunos nestes ambientes é fundamental para estabelecer a relação da tecnologia com a educação e o ensino inserido na cultura tecnológica do seu tempo envolvendo assim um maior número de pessoas, escolas e comunidades.

Percebe-se que, a tecnologia presente nos dias atuais define uma nova época onde as relações na sociedade da informação se dão através do uso das mesmas. Assim, os ambientes artificializados caracterizam esta sociedade trazendo várias possibilidades de adquirir informação. Esta artificialidade não é novidade, pois o ser humano é culturalmente artificial, dependendo somente do imaginário da época.

Pode-se afirmar que, a relação do homem com a técnica tem sido marcada pelo fascínio e pelo medo trazendo aspectos positivos e negativos, despertando posições favoráveis e contrárias que beiram o positivo e o apocalíptico dentro das sociedades e da época.

Neste contexto, as relações que se estabelecem entre o pensamento, produção e técnica num contexto onde a desmaterialização é uma marca, pois os espaços já não são tão delimitados e o tempo já é dimensionado em intervalos cada vez menores nas trocas e

construções. Assim o espaço físico sai perdendo a importância estabelecendo novas possibilidades, como as comunidades virtuais.

A cultura contemporânea passa a ser caracterizada pelo uso crescente de tecnologias digitais, cria-se uma nova relação entre a técnica e a vida social e, ao mesmo tempo, proporciona o surgimento de novas formas de agregação social de maneira contemporânea no ambiente virtual, com práticas culturais específicas que constitui a chamada cibercultura (CORRÊA, 2004, p.2).

Neste sentido, o problema está ligado diretamente ao acesso e o não acesso, surgindo como um diferencial de exclusão/inclusão social. Esta nova realidade nos coloca diante da sociedade em rede, a internet e suas possibilidades. Entre essas possibilidades, destaca-se o fenômeno do produzir e acessar informações num coletivo onde as relações na internet são semelhante a da realidade. Assim, um olhar especial sobre a internet nos leva a questões como a ética, a livre expressão, controle de acesso, internet x computador, entre outras questões, que precisam entrar nos debates das salas de aula e da sociedade como um todo, pois envolvem direitos do cidadão (LEMOS, 2004).

De qualquer modo, o ciberespaço potencializa o surgimento de comunidades virtuais e de agregações eletrônicas em geral que estão delineadas em torno de interesses comuns, de tópicos de identificação, pois ele é capaz de aproximar, de conectar indivíduos que talvez nunca tivessem oportunidade de se encontrar pessoalmente. Ambiente que ignora definitivamente a noção de tempo e espaço como barreiras. (CORRÊA, 2004, p.3).

Nesta perspectiva, o desenvolvimento das tecnologias de informação e da comunicação (TIC) nos leva a uma nova forma de reunião de grupos humanos a partir do ambiente virtual que surge com a popularização da internet. Pessoas com interesses comuns organizam-se mundialmente para trocar experiências, idéias, produzir conhecimento entre outros interesses. Este é um reflexo direto das características e possibilidades oferecidas pela Rede Mundial de Computadores.

Além disso, tais características produziram alterações significativas nas formas de distribuição do conhecimento e informação, bem como a produção destes. Esta nova forma de relação humana em compasso com a “era da informação”, onde a velocidade de circulação das informações é cada vez mais rápida, atingindo dimensões cada vez menores, permite uma agilidade nas trocas que vencem o tempo e o espaço em favor da informação.

Desse modo, o fluxo da informação não é mais controlável. São bilhões de computadores, telefones celulares, *laptops*, *palmtops* conectados trocando textos, sons e imagens. (CORRÊA, 2004).

Por isso, a construção de comunidades virtuais é uma tendência na atualidade devido ao acesso cada vez maior das pessoas à internet e seus ambientes. Aproveitando este rompimento das antigas barreiras, outra possibilidade deste trabalho é aproveitar esta tendência e reunir pessoas com interesses comuns pelo ensino e aprendizagem. Formar uma comunidade virtual para avançar as pesquisas e produções nesta parte, levando a um desenvolvimento do ensino favorável ao cidadão desta nova cultura e sociedade.

Sabe-se que, esta nova estrutura social dentro das possibilidades da Rede Mundial de Computadores, nos leva a considerar que é ímpar a oportunidade de aproximar cada vez mais os alunos interessados em participar dos avanços desta sociedade em desenvolvimento.

Considera-se que, a televisão e o computador, movimentam a educação e provocam novas mediações entre a abordagem do professor, a compreensão do aluno e o conteúdo (veiculado). A imagem, o som e o movimento oferecem informações mais utilizadas, provoca alteração dos comportamentos de professores e alunos levando-o ao melhor conhecimento e maior aprofundamento do conteúdo estudado. As tecnologias comunicativas mais utilizadas em educação, porém, não provoca ainda alterações radicais na estrutura dos cursos, na articulação entre o conteúdo e não mudam as maneiras como os professores trabalham didaticamente com seus alunos. Encaradas como recursos didáticos elas ainda estão muito longe de serem usadas em todas as possibilidades para uma melhor educação.

Para que o sentimento de comunhão se propague, é necessário que haja compartilhamento de saberes, de conhecimento, de opiniões que podem até mesmo ser divergente, uma vez que no interior da comunidade, os participantes podem e devem ter opiniões contraditórias e conflitantes, que é uma forma saudável de verificar o grau de tolerância entre seus membros. Além disso, a existência de idéias conflitantes pode resultar na elaboração de novos saberes, construídos e partir de debates e discussões. (CORRÊA, 2004, p.3).

Neste sentido, o método ou a ferramenta para uso didático pode ser viabilizado pela pesquisa na internet para desenvolvimento das suas possibilidades. A educação no ensino profissionalizante apropriou-se das tecnologias para o desenvolvimento de novas formas de construção do conhecimento.

Além disso, a formação de redes possibilita uma série de transformações nas relações entre as pessoas. No entanto, a automação de forma isolada não revolucionaria as formas de produção dos saberes. A Internet e suas possibilidades de acesso ao conhecimento e as informações tem sido apropriada para a comunicação na educação.

Desse modo, o aluno inserido na Educação Profissionalizante busca uma ponte entre a teoria e a prática, entre a escola e o mercado, e a estrutura dos cursos está centrada nas instalações dos seus laboratórios, na existência de oficinas e nas horas de estágio no campo de

trabalho. A quantidade de horas de atividades práticas e os conhecimentos apresentados aos alunos neste momento constituem-se na espinha dorsal destes cursos, e nos parece inimaginável que as novas tecnologias fiquem alijadas deste processo de formação.

Pode-se ainda dizer que, a apropriação da tecnologia para a formação do trabalhador através do uso das ferramentas digitais no processo de ensino-aprendizagem possibilita ao aluno gerenciar sua própria formação mesmo depois de finalizado seus estudos formais, através da pesquisa em bibliotecas digitais, na solução de problemas, na atualização constante e no contato com outras pessoas através da Web.

Assim, além de proporcionar ao aluno da escola pública uma alocação no mercado de trabalho, estaremos trabalhando com conceitos muito mais amplos, que aumentarão não apenas sua empregabilidade através da inserção no mercado de trabalho, mas também sua manutenção nele seja como empregado ou como empreendedor. Conscientes das novas configurações na sociedade de informação, este aluno estará preparado para as constantes mudanças na produção, no mercado e na sociedade. A consolidação destas competências superará o projeto inicial de formação para o emprego e permitirá aos indivíduos uma preparação para a vida.

Percebe-se que, a Tecnologia presente nos dias atuais define uma nova época onde as relações na sociedade da informação se dão através do uso dessas tecnologias. Os ambientes artificializados caracterizam esta nova sociedade trazendo variadas possibilidades de adquirir informação. Esta artificialidade não é novidade, pois o ser humano é culturalmente artificial, dependendo somente do imaginário da época.

Entretanto, a relação do homem com a técnica tem sido marcada pelo fascínio e pelo medo trazendo aspectos positivos e negativos, despertando posições favoráveis e contrárias que beiram o positivo e o apocalíptico dentro das sociedades e da época.

A cibercultura nada mais é do que a cultura contemporânea em sua interface com as novas tecnologias de comunicação e informação, ela está ligada às diversas influências que estas tecnologias exercem sobre as formas de sociabilidade contemporâneas, influenciando o trabalho, a educação, o lazer, o comércio, etc. Todas as áreas da cultura contemporânea estão sendo reconfiguradas com a emergência da cibercultura. (LEMOS, 2003, p.1).

Entende-se que, as relações que se estabelecem entre o pensamento, produção e técnica num contexto onde a desmaterialização é uma marca, pois os espaços já não são tão delimitados e o tempo já é dimensionado em intervalos cada vez menores nas trocas e construções. Assim o espaço físico sai perdendo a importância estabelecendo novas possibilidades, como as comunidades virtuais.

A cultura contemporânea passa a ser caracterizada pelo uso crescente de tecnologias digitais, cria-se uma nova relação entre a técnica e a vida social e, ao mesmo tempo, proporciona o surgimento de novas formas de agregação social de maneira contemporânea no ambiente virtual, com práticas culturais específicas que constitui a chamada cibercultura. (CORRÊA, 2004, p.2).

Neste contexto, o problema é o acesso e o não acesso, surgindo como um diferencial de exclusão/inclusão social. Esta nova realidade nos coloca diante da sociedade em rede, a internet e suas possibilidades. Entre essas possibilidades, destaca-se o fenômeno do produzir e acessar informações num coletivo onde as relações na internet são semelhantes a da realidade. Assim, um olhar especial sobre a internet nos leva a questões como a ética, a livre expressão, controle de acesso, internet x computador, entre outras questões, que precisam entrar nos debates das salas de aula e da sociedade como um todo, pois envolvem direitos do cidadão. (LEMOS, 2004).

De qualquer modo, o ciberespaço potencializa o surgimento de comunidades virtuais e de agregações eletrônicas em geral que estão delineadas em torno de interesses comuns, de tópicos de identificação, pois ele é capaz de aproximar, de conectar indivíduos que talvez nunca tivessem oportunidade de se encontrar pessoalmente. Ambiente que ignora definitivamente a noção de tempo e espaço como barreiras. (CORRÊA, 2004, p.3).

Compreende-se que, o desenvolvimento das tecnologias de informação e da comunicação (TIC'S) nos leva a uma nova forma de reunião de grupos humanos a partir do ambiente virtual que surge com a popularização da internet. Pessoas com interesses comuns organizam-se mundialmente para trocar experiências, idéias, produzir conhecimento entre outros interesses. Este é um reflexo direto das características e possibilidades oferecidas pela Rede Mundial de Computadores.

Assim, tais características produzem alterações significativas nas formas de distribuição do conhecimento e informação, bem como a produção destes. Esta nova forma de relação humana em compasso com a “era da informação”, onde a velocidade de circulação das informações é cada vez mais rápida, atingindo dimensões cada vez menores, permite uma agilidade nas trocas que vencem o tempo e o espaço em favor da informação.

Assim, o fluxo da informação não é mais controlável. São bilhões de computadores, telefones celulares, *laptops*, *palmtops* conectados trocando textos, sons e imagens. (CORRÊA, 2004).

Contudo, a construção de comunidades virtuais é uma tendência na atualidade devido ao acesso cada vez maior das pessoas à internet e seus ambientes. Aproveitando este rompimento das antigas barreiras, outra possibilidade deste trabalho é aproveitar esta tendência e reunir pessoas com interesses comuns pelo ensino e aprendizagem. Formar uma

comunidade virtual para avançar as pesquisas e produções nesta parte, levando a um desenvolvimento do ensino favorável ao cidadão desta nova cultura e sociedade. Além disso, esta estrutura social que surge dentro das possibilidades da Rede Mundial de Computadores, nos leva a considerar que é grande e ímpar a oportunidade de aproximar cada vez mais estudantes, acadêmicos e interessados em favor de um avanço e desenvolvimento.

3 TECNOLOGIA E ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE

Entende-se que, as tecnologias na educação estão alinhadas aos suportes e as ações educacionais possibilitando a exploração dos recursos tecnológicos como: computador, Internet. Mas, lamentavelmente na escola ainda precisam ser disseminados investimentos para que ocorram as mudanças efetivamente.

A cibercultura nada mais é do que a cultura contemporânea em sua interface com as novas tecnologias de comunicação e informação, ela está ligada às diversas influências que estas tecnologias exercem sobre as formas de sociabilidade contemporâneas, influenciando o trabalho, a educação, o lazer, o comércio, etc. Todas as áreas da cultura contemporânea estão sendo reconfiguradas com a emergência da cibercultura. (LEMOS, 2003, p.1.)

No entanto, os recursos tecnológicos nada significam em si, nada fazem por si sós. Eles precisam estar a serviço de um projeto pedagógico claro. Seu uso precisa ser planejado de forma sistêmica e estar aliado a outros recursos. Seu papel é limitado e, afora atividades de curta duração e/ou pequena abrangência conceitual, deve estar aliado ao uso de outros meios.

Deste modo, é fundamental entender os limites da escola para usufruir dos recursos da tecnologia, uma vez que se evidenciam os desafios e problemas relacionados aos espaços e aos tempos que o uso das tecnologias pode provocar nas práticas educativas no cotidiano escolar. A dinâmica e as potencialidades da interface online permitem ao professor superar a prevalência da pedagogia da transmissão.

Entende-se que, a inserção do computador como recurso na educação faz-se presente na década de sessenta, tendo como uma das vantagens apontada por seus defensores a capacidade de fornecer “*feed-back*” imediato às respostas do aluno, facilitando sua aprendizagem. Entretanto, os questionamentos e as inquietudes na escola fazem parte do dia-a-dia, dividindo o conhecimento centrado na figura do professor que continua vendo o indivíduo como uma tábua rasa, produzindo seres subservientes, castrando sua capacidade criativa, como afirma Paulo Freire, uma educação “bancária”, que “deposita” no aluno informações, dados, fatos, pois o professor é quem detém o saber (FREIRE, 1997).

Questiona-se: a escola precisa mudar, no intuito de atender a uma massa amorfa de alunos, despersonalizados? É preciso focalizar o indivíduo como aquele sujeito original, singular, diferente e único, dotado de inteligências múltiplas, que possui diferentes estilos de aprendizagem e, conseqüentemente, diferentes habilidades de resolver problemas. Além disso, é importante observar o aluno como um “ser coletivo”, inserido numa sociedade da

qual faz parte outros humanos, cujo pensamento é influenciado a partir de uma relação contínua existente entre o pensamento e o ambiente em geral, dois aspectos inseparáveis de um único processo, cuja análise em partes distintas não tem mais sentido (MORAES, 1996).

Segundo Massetto (1992), uma das pistas para aprendizagem, ou seja, uma das condições facilitadoras dessa aprendizagem refere-se ao domínio e o conhecimento que temos da tecnologia educacional, em especial para se trabalhar em sala de aula, precisa ser ampliado. Seja para dispor da variedade de técnicas que poderão colaborar na motivação dos alunos, através de estímulos, participação e integração grupal; seja para desenvolvimento da criatividade na adaptação da metodologia a cada grupo classe, que são diferentes uns dos outros; seja para produzirmos novas dinâmicas de ações diferenciadas e adequadas aos alunos.

É de fundamental importância que as escolas tenham computadores conectados à Internet. Mas, é preciso que o professor se sinta à vontade com as novas ferramentas, e reconheça a importância do uso da tecnologia na escola para mudar ou transformar as posturas profissionais (MORIN, 2000).

3.1 ENSINOS PROFISSIONALIZANTES E AS TECNOLOGIAS

O avanço tecnológico implica a necessidade de mudanças nas escolas tanto em relação ao perfil do professor como na própria dinâmica organizacional. Por conseguinte, a criação de ambientes digitais em prol do ensino e aprendizagem através dos computadores portáteis, *palm*s, agendas eletrônicas e telefones celulares, são formas híbridas e interativas do uso das tecnologias digitais. Estes recursos compreendem inclusive os meios de aprendizagem em rede, podendo desenvolver a interação entre professores colegas e a realização de atividades propostas no ensino profissionalizante.

De acordo com Kensky (2007, p. 121), a presença da tecnologia na educação tanto presencial como a distância modifica a concepção de ensino, haja vista que, o uso dos instrumentos digitais facilita o acesso a novos conhecimentos de maneira virtual e em tempo real conectados via Internet.

Por isso, a tecnologia a serviço da educação e do ensino profissionalizante oportuniza a aprendizagem do educando efetivamente. Destaca-se ainda a importância do uso sistemático de *sites* e blog como ferramenta eficaz no processo de ensino. Segundo esta autora, (p.124), as tecnologias garantem as escolas a possibilidade de se abrirem e oferecerem educação para

todos indistintamente em qualquer lugar e tempo. Assim, o uso intensivo das novas tecnologias digitais e das redes transforma as dimensões da educação e dá a escola o tamanho do mundo.

Entretanto, para que tudo isso aconteça é preciso muito mais que investimentos financeiros e materiais, bem como a atualização dos profissionais em educação para poderem usar as tecnologias de maneira significativa. Porém, estamos no caminho, mas ainda faltam muito para se alcançar os objetivos desejados.

Conforme enfatiza (Kensky 2007, p.126),

essas alterações nas estruturas escolares caracterizam-se como desafios para a educação e, sobretudo, requerem novas concepções para abordar conteúdos, novas metodologias de ensino e novas perspectivas para a ação de professores, alunos e todos os profissionais da área educacional.

Percebe-se que, existe um amplo conjunto de ferramentas e instrumentos no campo tecnológico que podem estar a serviço da educação e conseqüentemente no ensino profissionalizante, uma vez que, os jovens convivem amplamente nos espaços virtuais. Posto isto, as novas tecnologias não estão fora da realidade destes indivíduos, mas, fazem parte do seu mundo individual. E as escolas se não incorporar esse novo campo de conhecimento estará prestes a cair na decadência intelectual, pela estagnação de acesso a nova realidade imposta numa era marcada pela tecnologia.

Desta forma, o ensino médio profissional medido pela tecnologia contribui para o desenvolvimento intelectual dos indivíduos. Entretanto, não pode ser pensado como um modelo de educação que visa somente à técnica pela técnica, num contexto único. Desse modo, a disseminação do conhecimento tecnológico e científico contribui também para a compreensão dos valores e modos de vida da sociedade. A tecnologia precisa ser vista como um conhecimento que se aprende e pode ser compartilhado.

O avanço tecnológico mostra que este é um processo irreversível, que tende a se ampliar na sociedade do conhecimento informatizado e de computadores. Desse modo, o ensino estimulado através da tecnológica e da informatização se adapta a todas as culturas e meios. Por isso, enquanto ferramenta são instrumentos que possibilitam a utilização a serviço do homem e do planeta.

Analisa-se que, o Ensino Médio profissionalizante brasileiro no contexto dos últimos anos, a educação profissional técnica de nível médio, passou por reformas que modificaram os pressupostos e a estrutura deste nível de ensino. Nesta perspectiva a LDB N° 9394/96

atribui ao ensino médio uma formação geral capaz de preparar o indivíduo para o trabalho e para a cidadania.

Diante disso, é fundamental assumir que no atual momento histórico, umas das formas de construir um sentido para o ensino médio é buscando sua integração com a educação profissional e as tecnologias. Para isso, é fundamental a sua ampliação e o acesso na escola de forma efetiva e com qualidade nos sistemas públicos de educação.

Entretanto, apesar dessa necessária ampliação, há que se cuidar para que o processo ocorra de forma planejada e coordenada entre as distintas áreas do conhecimento. Neste sentido, é fundamental que se estabeleça um eficiente regime de mútua cooperação entre os profissionais disponibilizados nos quadros de professores e que esses sejam adequadamente formados. Se isso não ocorrer, serão e produzidos os erros do passado.

Além disso, é preciso ter claro que o uso da tecnologia no ensino médio profissional técnica não visa, em princípio, a sua universalização. Entretanto, objetiva sedimentar as bases, plantar as sementes de uma futura educação tecnológica na sociedade brasileira. Assim, priorizar e consolidar a educação profissional na perspectiva da formação mediado pelas mídias tecnológicas é oportunizar uma educação de qualidade para todos.

Neste sentido, a educação profissional regulamentada pelo Decreto nº 2.208/97 é subdividida em níveis diferentes de formação e visa proporcionar melhores possibilidades de preparo para o trabalho, no nível básico, no técnico ou no tecnológico. A dissolução entre formação geral e formação profissionalizante leva em conta a flexibilização, aspecto importante no desenvolvimento tecnológico contemporâneo assim como para o ingresso no novo século e milênio. Nessa perspectiva, pensar a formação do homem em função do contexto contemporâneo requer, nos atuais e hegemônicos debates, pensar nos atributos indispensáveis à sua formação para uma realidade composta de novos padrões produtivos baseados na flexibilidade, na inovação tecnológica e na polivalência.

Sabe-se que, a reforma do ensino médio brasileiro no contexto descrito, de modo generalizado, requer uma formação adequada. Silva Júnior (2002) entende que, as reformas se processam no âmbito do redirecionamento das políticas para integrar também a reforma do Estado estando relacionadas ao movimento de “reorganização da economia mundial e do trabalho”, requerendo a redefinição da educação.

Esta análise nos leva a concordar com Kuenzer (1998) ao comentar que cada novo estágio de forças produtivas exige um projeto pedagógico. Entende-se que, o atual projeto pedagógico explicitado em documentos dirigidos à educação foi divulgado desde a década de 1990.

Constata-se que, o Estado, segundo Silva Júnior (2002, p.35), passa a ser “muito forte”, mas “pouco interventor no social”, transferindo à sociedade civil o peso e a responsabilidade pelos direitos sociais. Hoje em dia, grande parte do destino de cada um de nós, quer o queiramos quer não, joga-se num cenário em escala mundial. Imposta pela abertura das fronteiras econômicas e financeiras, impelida por teorias de livre comércio, reforçada pelo desmembramento do bloco soviético, instrumentalizada pelas novas tecnologias de informação a interdependência planetária não cessa de aumentar, no plano econômico, científico, cultural e político. Sentida de maneira confusa por cada indivíduo, tornou-se para os dirigentes uma fonte de dificuldades.

Desse modo, a conscientização generalizada desta “globalização” das relações internacionais constitui, aliás, em si mesma, uma dimensão do fenômeno. E, apesar das promessas que encerra a emergência deste novo mundo, difícil de decifrar e, ainda mais, de prever, cria um clima de incerteza e, até, de apreensão, que torna ainda mais hesitante a busca de uma solução dos problemas realmente em escala mundial (DELORS, 2001, p.35).

Percebe-se conforme Delors (2001) que, a educação é uma plataforma giratória para a vida toda. A crença é colocada na educação, que se apresenta como objetivo de salvação e sobrevivência num futuro incerto, como descrito a seguir:

Desta forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96, estabeleceu a educação básica de 11 anos, uma somatória de oito anos de ensino fundamental e três anos de ensino médio. Esta legislação traz traços que destacam as novas bases valorativas no que se refere ao Ensino Médio, em que alguns aspectos confirmam a tendência adaptativa da educação às necessidades econômicas. Vejamos:

Art. 35 – O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I – A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (SAVIANI, 1997, p.173-174).

Entende-se que, o inciso II, é esclarece a intencionalidade educativa do ensino médio, horizontalmente relacionada ao desenvolvimento tecnológico e produtivo. Adaptar-se, de maneira flexível, a um padrão de desenvolvimento, cujas forças produtivas também

necessitam de uma mão-de-obra flexível, significa adaptar-se às situações de incerteza provocadas pela falta de oportunidades de emprego, de vida digna, de educação. Ou seja, busca-se com a educação média preparar um homem que se adapte às formas de exclusão própria da sociedade capitalista atual.

Assim sendo, a organicidade existente entre questões educacionais, econômicas, políticas e sociais são encontradas também nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 1998).

Segundo as Diretrizes e Bases da Educação:

(...) a necessidade de desenvolvimento das competências de caráter geral, nas quais o trabalho e a cidadania são contextos indicados, com o fim de estimular a capacidade de aprender e de desenvolver a autonomia (CZERNISZ, 2006, p.98).

De acordo com Saviani (1997), as divergências existentes nos dois projetos a LDB Nº 9394/96, segundo o autor, apenas o inciso IV caracteriza as propostas feitas para que o ensino médio se tornasse uma instância de educação com base na politécnica. Importância pela possibilidade de se constituir um instrumento eficaz para mudança social. Destaca-se que, tanto a LDBEN quanto as Diretrizes estão sintonizadas numa formação que privilegia interesses econômicos. Busca-se, por meio das Diretrizes, um consenso com relação aos valores necessários a um projeto de sociedade competitiva.

Por isso, a complementação do papel a ser desempenhado pela escola é reforçada pelos valores estéticos, políticos e éticos, que, como descritos nas Diretrizes, fundamentam o Ensino Médio e devem orientar a prática administrativa e pedagógica.

Sendo assim, esta questão nos leva a afirmar que, as atuais reformas educativas do Ensino Médio e Profissional acompanham as necessidades de reestruturação capitalista. Busca-se, no entanto, utilizar a educação com conotação utilitarista orientada para o trabalho num sentido marcadamente instrumental: um recurso que serve também como estratégia do sistema para sua perpetuação na adequação de pessoas, acomodação de conflitos e gerenciamento de uma crise cujas conseqüências são visíveis na redução do número de postos de trabalho e no descarte dos considerados inaptos para ele, assim como, na concentração da riqueza e aumento visível da miséria (CZERNISZ, 2006).

Salienta-se que, a reestruturação capitalista tem um desdobramento histórico e características que vêm afetando a realidade dos países de maneiras diversas. Harvey (1994, p.140), ao comentar o período recessivo que se formava nos anos de 1970 cujos impactos atingiram as organizações industriais, sociais e política, destacou que nesse momento ocorria

a passagem do fordismo para a acumulação flexível cujo aspecto central é a flexibilidade em substituição à rigidez. Nessa discussão consideramos a flexibilidade como uma categoria importante no desenvolvimento das reformas educativas que vêm alterando a concepção de educação e o perfil de formação necessária ao homem e profissional nesses novos tempos.

Como explicou Alves (1999, p. 86-87), a flexibilidade é uma categoria intrínseca à produção capitalista, tendo seu surgimento no momento em que foi instaurado o trabalho assalariado pelo capital. Conforme o autor, uma das características histórico-ontológicas da produção capitalista é estar sempre procurando ‘flexibilizar’ as condições de produção, principalmente da força de trabalho. Para Alves (p.87), a flexibilidade “torna-se, no sentido geral, um atributo da própria organização social da produção”.

Ferretti e Silva júnior (2000, p.57) entendem que, as novas bases produtivas, apoiadas na flexibilidade, passam a exigir outro tipo de formação profissional, diferentemente daquele com base nos padrões industriais mecanizados, no qual passa a haver a individualização da formação e a transformação da educação em mercadoria, situação em que se atribui ao próprio trabalhador a responsabilidade por sua formação profissional. Para os autores, esse momento histórico requer novas expressões culturais e, sobretudo, um homem que sente, pensa e vive diferente.

Essa questão é mencionada por Antunes (1995, p.22) ao tratar a tese da acumulação flexível desenvolvida por Harvey na obra “Condição Pós-Moderna”. Antunes (1995, p.26) ressaltou que com o toyotismo há exigência de flexibilidade do processo de produção, flexibilização da polivalência do trabalhador. A polivalência pode ser descrita, segundo o autor, como a capacidade do trabalhador, em operar com várias máquinas, combinando várias tarefas simples.

Para Ferretti e Silva Júnior (2000, p.58-59), foi a partir dos anos de 1990 que, no Brasil, a reestruturação produtiva passou a ser acompanhada da modernização tecnológica e da implementação de novas formas de gestão empresarial. Essa década comportou também “as transformações das relações entre educação, trabalho, ciência e tecnologia”.

Neste sentido, as mudanças no mundo do trabalho por um lado exige uma formação que atenda às suas necessidades dos indivíduos que são substituídos pela máquina e outros são vítimas da redução dos tempos mortos e da implementação do perfil polivalente, como ainda dos considerados inaptos por não terem formação ‘adequada’.

Cada passo dado na introdução da automatização contemporânea, baseada nos microprocessadores, foi uma oportunidade para destruir as formas anteriores de relações contratuais, e também os meios inventados pelos operários, com base em técnicas de produção estabilizadas para resistir à exploração no local de trabalho” (CHESNAIS, 1996, p.35).

Percebe-se que, o desemprego é conseqüência da crise da falta de qualificação profissional sendo interpretado por alguns educadores como resultado da falta de uma formação profissional voltada aos pressupostos exigidos para o ensino médio profissional. Questionam-se, os motivos que estão na base tanto das exigências da formação polivalente, do desenvolvimento de competências e da empregabilidade, quando também das causas, dos interesses e da natureza da crise pela qual estamos passando.

Conforme Mézaros (2002, p.795-797) as crises econômicas constituem-se em “o modo natural de existência do capital” e é por meio delas que ocorre sua expansão. No entanto ressalta que a atual crise “tem caráter universal”, que sua amplitude é “global”, com uma “escala de tempo permanente” e com desdobramento “rastejante”.

Por isso, o ensino médio e profissional busca possibilitar o atendimento às novas formas de organização e gestão do trabalho no contexto da sociedade levando a pensar a educação como uma das instâncias que contribui para que ocorra a expansão do capital.

Pode-se dizer que, o “ensino profissionalizante” foi o projeto mais audacioso que a política educacional da ditadura brasileira empreendeu era o milagre acontecendo no campo educacional.

Neste sentido, em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, propõe a reforma do ensino no País. A elaboração deste trabalho segue as orientações e tendências existentes na Lei nº 9.394, na Seção IV que trata do Ensino Médio, através da RESOLUÇÃO CEB Nº 36, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que foi homologada em junho de 1998.

Desse modo, a organização dos currículos do Ensino Médio segue em uma base nacional comum que distribui o conhecimento em três áreas da seguinte maneira: Ciências da Natureza e Matemática (Biologia, Física, Química e Matemática), Linguagens e Códigos e Ciências Humanas.

Assim, o artigo 10 da Lei 9.394, trata das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, e os objetivos, entre outros desta categoria, estão destinados ao desenvolvimento de habilidades e competências que permitam ao educando: Entender a importância das tecnologias contemporâneas de comunicação e informação para o planejamento, gestão, organização, fortalecimento do trabalho de equipe (BRASIL, 1998, p.46-55).

Percebe-se que, o impasse gerado pela limitação das oportunidades ocupacionais nos centros urbanos, ao invés de desencorajar, estimulou políticos e literatos a colocarem na ordem do dia as discussões sobre a necessidade do ensino técnico-profissionalizante. A

população marginal que se instalava nas grandes cidades preocupava as elites nacionais, de um lado, a produção rural dispensava grandes quantidades de trabalhadores, de outro as atividades comerciais e industriais não eram suficientes para absorver a quantidade expressiva de mão-de-obra. Isso nos permite entender por que o ensino técnico, em nosso país, teve sua origem como escola para desvalidos.

Pensar a educação profissional viabilizada pela concretização de políticas públicas efetivas remete que ela seja concebida muito além dos limites da escola enquanto centro de adiestramento e treinamento profissional. Afinal, numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira, a política educacional deve desempenhar importante papel ao mesmo tempo em relação à democratização da estrutura ocupacional que se estabeleceu, e à formação do cidadão, do sujeito em termos mais significativos do que torná-lo competitivo frente à ordem mundial globalizada (HÖFLING, 2001).

É nesse sentido que se torna importante destacar a política educacional na dimensão da educação profissional vista a partir de um viés crítico e contra-hegemônico, ressaltando que seria equivocado pensar nos objetivos da política educacional voltados estritamente para a qualificação da força de trabalho conforme interesses de determinadas indústrias ou de determinadas formas de emprego.

Nesta perspectiva, a constatação da dicotomia frente o trabalho no contexto do capitalismo e a politécnica visa unificar uma relação de interdependência entre: o trabalho intelectual e o trabalho manual. Assim o ensino tecnológico combinado com o trabalho produtivo, vem reunificar o que o capitalismo separou: o saber e o fazer, o trabalho intelectual e o trabalho físico.

Segundo Saviani afirma:

A noção de politécnica se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral. Na forma da sociedade moderna, da sociedade capitalista, que generaliza as exigências do conhecimento sistematizado, o fato é marcado por uma contradição: como se trata de uma sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção, a maximização dos recursos produtivos do homem é acionada, mas em benefício daquela parcela que detém a propriedade dos meios de produção (SAVIANI, 1989, p.13).

Assim, o trabalhador qualificado nos princípios da politécnica, diferentemente do trabalhador “qualificado” pelas escolas criadas e mantidas pelo Estado, deve ser um trabalhador multilateral, apto para desenvolver qualquer função do processo produtivo, devido ao fato que ele terá domínio dos fundamentos científicos que abarcam toda diversidade das técnicas que constituem o processo de trabalho (SAVIANI, 1989).

Desta forma, a educação profissional brasileira tem conseqüências diretas na construção de um “novo” modelo de cidadania. Entretanto, contrariamente ao apregoado no discurso estatal, entendemos que o resultado desta reforma será a confirmação de um modelo de cidadania excludente para os setores populares.

Por conseguinte, o Estado, através desta política, acrescenta ao capital uma oportunidade de dispor de maior critério de seletividade para a contratação de novos trabalhadores. Na prática, fortalece-se a possibilidade dos empresários continuarem investindo pouco na qualificação dos seus trabalhadores, deixando a cargo dos mesmos a responsabilidade por tal feito, seja por intermédio do PLANFOR (Plano Nacional de Formação Profissional) financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou do pagamento dos cursos promovidos pela iniciativa privada. Nos dois casos, o financiamento é fruto do aluguel da sua força de trabalho.

Entende-se que, a dimensão que deve ser levada em consideração e aí se coloca o grau de maior atraso nesta política, diz respeito à desvinculação do ensino profissional da educação básica. Ao estabelecer a educação profissional como tendo um caráter de complementaridade à educação básica, o MEC desarticulou o ensino acadêmico do profissional.

Por isso, o desdobramento desta ação é que a oportunidade mais rápida de profissionalização é destituída dos conteúdos considerados, pelo próprio MEC, como necessários para a aquisição das competências requeridas para formação de um cidadão. Além disso, a certificação da qualificação profissional não permite aos seus portadores ingressarem no ensino superior, pois este acesso é reservado, exclusivamente, àqueles que concluíram o ensino médio.

Compreende-se que, a articulação, entre o MEC e o MTb na política nacional de educação profissional denota uma divisão de tarefas, decorrente de uma visão, fragmentada e distorcida do papel da formação, o profissional. O MEC, ao reservar para si a responsabilidade pelo ensino tecnológico de terceiro grau e da formação técnica pós-secundária nos Centros Federais de Educação Tecnológicos (CEFET) não relega ao descaso a formação o de nível médio profissionalizante.

Desse modo, ao segmentar o ensino médio tecnológico, retirando-lhe do currículo o ensino das humanidades, mostra ter uma visão de trabalhador ainda presa ao modelo de produção taylorista.

Constata-se que, o MEC, ao reformular o ensino médio e desarticulá-lo do ensino profissionalizante, estabeleceu duas redes de ensino que são endereçadas a setores sociais distintos. Enquanto os de melhores condições econômicas terão a possibilidade de se

qualificarem para o prosseguimento dos estudos, aos setores mais carentes e excluídos estabeleceu-se um padrão de educação que não incorpora uma relação articulada entre teoria e prática, comprometendo diariamente a formação destes indivíduos enquanto cidadãos.

Deve-se destacar ainda que, os estudantes das camadas populares, matriculados nas escolas públicas de nível médio, terão que conviver com as condições adversas apresentadas à implementação das modificações necessárias ao oferecimento de um ensino de qualidade. Dito de outra forma, estes estudantes podem passar a ser penalizados não só pela escola deixar de articular a profissionalização com o ensino geral ainda que a qualidade dos cursos profissionalizantes fosse questionada, mas também por vivenciarem um ensino de segunda categoria. Diante da tendência da redução dos investimentos estatais na educação, pode-se estar assegurando mais uma vez, uma cidadania de segunda classe.

Neste sentido, a educação profissionalizante contribui para a construção da cidadania dos indivíduos podendo dizer que, o ensino profissionalizante projetou-se inserido numa política educacional no período de exercício da ditadura militar brasileira empreendendo no campo educacional de maneira eficiente.

A lei 5.692/71 que fixava diretrizes e bases de 1º e 2º graus acabou por expressar as estratégias em prol de uma ideologia desenvolvimentista com acento privatizante na educação e compulsoriamente profissionalizante só àquelas que tiveram maior êxito eram as que tinham mais recursos para fazer cumprir esse dispositivo da lei. O que ocasionalmente não ocorreu com a escola pública, pois o estado não repassou nem um recurso.

O ensino é deixado de lado, pois o governo estava muito interessado em repassar suas ideologias autoritárias aos demais, que instruir a população, o que fica claro com a obrigatoriedade a exemplo da Educação Moral e Cívica (EMC) e da Organização Social e Política Brasileira (OSPB), e conforme assevera Zotti (2004, p.153) “...é alcançado o objetivo dos setores militares mais extremistas de oficializar e controlar a educação moral e cívica do povo, para garantir a divulgação e reprodução de ideologia dominante”.

Essas disciplinas visavam “controlar” o pensamento, sobretudo dos jovens para que estes não compartilhassem idéias diferentes da do governo... Apenas com o desenvolvimento econômico do país é que as autoridades se “lembram” da educação em massas, ainda assim, essa educação era descomprometida com os alunos, visava apenas formar para o mercado de trabalho, o ensino superior era apenas para a elite, que eram as “mentes pensantes” do governo, ou pelo menos que serviam a seus interesses. E mesmo com a reforma do 1º e 2º grau que ocorre com base na lei nº 5692/71 nada mudou nesse quadro, a reforma veio a

reforçar o sistema econômico vigente, onde os pobres estudavam o mínimo para adentrarem no mercado de trabalho, conforme assevera Saviani.

O ensino de primeiro e segundo graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (SAVIANI Apud ZOTTI, 2004, p.163).

Essa nova lei não traz apenas continuidades do sistema trouxe algumas novidades conforme diz:

Os currículos de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais; aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos (ZOTTI, 2004, p. 165).

Pode-se destacar que, o currículo contempla a inserção dos elementos culturais como forma de facilitar a formação do conhecimento de acordo com a LBD de 61 no tocante ao direito do ensino em sua forma integral.

Sabe-se que, o fim da ditadura militar proporcionou o surgimento das novas propostas de ensino garantindo o ensino igual para todos, por ser inaceitável o quadro de desprezo em que o ensino se encontrava. Desse modo, as reformas sugeridas, a partir da falta de infraestrutura das escolas e de qualificação dos discentes e docentes, dificultam as transformações que foram realizadas de maneira superficial. Para Zotti (2004, p.211) isto ocorreu como forma de mascarar a continuidade das políticas educacionais e das condições desiguais e autoritárias que continuaram presentes na sociedade brasileira.

Contudo, é importante pensar no contexto educacional sobre o acesso ao computador, a internet e as diversas mídias digitais na escola, haja vista, a necessidade urgente de utilizar-se destes materiais tendo a preocupação voltada a importância destas tecnologias, mas sobretudo com a responsabilidade social de promover a interação por ser espaço de informação e de conhecimentos.

Neste contexto, é preciso chamar atenção para a importância das TICs na sociedade tecnológica, haja vista que, o uso das técnicas é mais uma possibilidade de poder incorporar-se ao processo de ensino como recursos didáticos ou ferramentas que favoreça o processo de aprendizagem. É um instrumento que faz a diferença na escola como ferramenta para ambos tanto professor como aluno. Os programas existentes como o smartkids, por exemplo, o alunado pode não só obter informações, mas também adquirir conhecimentos, podendo melhorar inclusive no modo de se expressar.

Sendo assim, as TICs conforme Giroto (2013, p. 20)

podem se constituir no próprio conteúdo curricular, estando vinculado o seu uso às diferentes disciplinas escolares, bem como podem ampliar as possibilidades de interação e comunicação entre os membros da comunidade escolar. (...) o uso das TICs no processo educacional de alunos com deficiência pode ser analisada nos seguintes modelos: utilização das TICs para favorecer a realização de atividades escolares cotidianas; uso do computador como recurso didático; aplicação da informática no momento do desenvolvimento de conteúdos curriculares; recurso terapêutico no tratamento das alterações ou deficiências existentes.

Pensar sobre o uso das TICs sob o paradigma da inclusão oportuniza alargar os horizontes da educação, pensando em alcançar a diversidade num país tão promissor e ao mesmo tempo tão carente de oportunidades para aqueles que mais precisam. Percebe-se no contexto escolar, a necessidade urgente de mudanças. Por isso, a utilização de novos recursos didáticos, o emprego de metodologias diferenciadas no ensino e maiores condições de acessibilidade, pode ser garantida por meio das novas ferramentas tecnológicas.

Conforme aponta Giroto (2013, p. 17)

As novas gerações estão crescendo em uma sociedade da informação e os sistemas educacionais precisam se adaptar a essa nova realidade, não podem ficar alheios a tal fato. Os recursos das TIC devem ser amplamente utilizados a favor da educação de todos os alunos, mas notadamente daqueles que apresentam peculiaridades que lhes impedem ou dificultam a aprendizagem por meios convencionais.

Assim, a importância das TICs alinhadas à educação contribui com os professores que atuam nos serviços especializados como aqueles nas salas de alunos sem expressas necessidades especiais de educação, mas também precisam aprender e conhecer este universo amplo das TICs, conseqüentemente compreender e saber utilizá-las de forma a promover práticas pedagógicas inclusivas nas escolas. Posto isto, ainda é preciso conscientizar os profissionais da necessidade de investir em si mesmo, conforme já dito anteriormente, é importante buscar uma formação profissional consistente que propicie a competência necessária para o professor aprender a aprender e refletir sua prática pedagógica, pesquisando e apresentando resultados significativos na ação educativa gerando novas possibilidades teórico-metodológicas para, consistentemente, modificar a realidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 propõe a reforma do ensino no país. Assim, a elaboração deste trabalho segue as orientações e tendências existentes na Lei nº 9.394, na Seção IV que trata do Ensino Médio, através da RESOLUÇÃO CEB Nº 36, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que foi homologada em junho de 1998.

Assim, a organização dos currículos do Ensino Médio segue em uma base nacional comum que distribui o conhecimento em três áreas da seguinte maneira: Ciências da Natureza

e Matemática (Biologia, Física, Química e Matemática), Linguagens e Códigos e Ciências Humanas.

Desse modo, o artigo 10 da Lei 9.394, trata das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, e os objetivos, entre outros desta categoria, estão destinados ao desenvolvimento de habilidades e competências que permitam ao educando: Entender a importância das tecnologias contemporâneas de comunicação e informação para o planejamento, gestão, organização, fortalecimento do trabalho de equipe. (BRASIL, 1998, p. 46-55).

Percebe-se que, o impasse gerado pela limitação das oportunidades ocupacionais nos centros urbanos, ao invés de desencorajar, estimulou políticos e literatos a colocarem na ordem do dia as discussões sobre a necessidade do ensino técnico-profissionalizante. A população marginal que se instalava nas grandes cidades preocupava as elites nacionais, de um lado, a produção rural dispensava grandes quantidades de trabalhadores, de outro as atividades comerciais e industriais não eram suficiente para absorver a quantidade expressiva de mão-de-obra. Isso nos permite entender por que o ensino técnico, em nosso país, teve sua origem como escola para desvalidos.

3.1.1 Capital e políticas públicas no ensino profissionalizante

Pensar na educação profissional viabilizada pela concretização de políticas públicas efetivas remete que ela seja concebida muito além dos limites da escola enquanto centro de adiestramento e treinamento profissional. Afinal, numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira, a política educacional deve desempenhar importante papel ao mesmo tempo em relação à democratização da estrutura ocupacional que se estabeleceu, e à formação do cidadão, do sujeito em termos mais significativos do que torná-lo competitivo frente à ordem mundial globalizada. (HÖFLING, 2001, p.9).

É neste sentido que se torna importante destacar a política educacional na dimensão da educação profissional vista a partir de um viés crítico e contra-hegemônico, ressaltando que seria equivocado pensar nos objetivos da política educacional voltados estritamente para a qualificação da força de trabalho conforme interesses de determinadas indústrias ou de determinadas formas de emprego. (HÖFLING, 2001, p.5).

Neste viés, partindo de uma perspectiva que caminha rumo a contestação da dicotomia entre trabalho no contexto do capitalismo, a politécnica visa unificar numa relação de interdependência o trabalho intelectual e o trabalho manual. Assim o ensino tecnológico

combinado com o trabalho produtivo, vem reunificar o que o capitalismo separou: o saber e o fazer, o trabalho intelectual e o trabalho físico. (BRYAN, s/d, p.17). Nas palavras de Saviani (1989).

A noção de politecnia se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral. Na forma da sociedade moderna, da sociedade capitalista, que generaliza as exigências do conhecimento sistematizado, o fato é marcado por uma contradição: como se trata de uma sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção, a maximização dos recursos produtivos do homem é acionada, mas em benefício daquela parcela que detém a propriedade dos meios de produção. (SAVIANI, 1989, p.13).

Assim, o trabalhador qualificado nos princípios da politecnia, diferentemente do trabalhador “qualificado” pelas escolas criadas e mantidas pelo Estado, deve ser um trabalhador multilateral, apto para desenvolver qualquer função do processo produtivo, devido ao fato que ele terá domínio dos fundamentos científicos que abarcam toda diversidade das técnicas que constituem o processo de trabalho. (SAVIANI, 1989, p.17).

Neste contexto, a educação profissional brasileira tem conseqüências diretas na construção de um “novo” modelo de cidadania. Entretanto, contrariamente ao apregoado no discurso estatal, entendemos que o resultado desta reforma será a confirmação de um modelo de cidadania excludente para os setores populares.

Sendo assim, o Estado, através desta política, acrescenta ao capital uma oportunidade de dispor de maior critério de seletividade para a contratação de novos trabalhadores. Na prática, fortalece-se a possibilidade dos empresários continuarem investindo pouco na qualificação dos seus trabalhadores, deixando a cargo dos mesmos a responsabilidade por tal feito, seja por intermédio do PLANFOR (Plano Nacional de Formação Profissional) financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou do pagamento dos cursos promovidos pela iniciativa privada. Nos dois casos, o financiamento é fruto do aluguel da sua força de trabalho.

Ressalta-se que, esta dimensão deve ser levada em consideração e aí se coloca o grau de maior atraso nesta política, diz respeito à desvinculação do ensino profissional da educação básica. Ao estabelecer a educação profissional como tendo um caráter de complementaridade à educação básica, o MEC desarticulou o ensino acadêmico do profissional.

Por isso, o desdobramento desta ação é que a oportunidade mais rápida de profissionalização é destituída dos conteúdos considerados, pelo próprio MEC, como necessários para a aquisição das competências requeridas para formação de um cidadão. Além disso, a certificação da qualificação profissional não permite aos seus portadores ingressarem

no ensino superior, pois este acesso é reservado, exclusivamente, àqueles que concluíram o ensino médio.

Compreende-se que, a articulação, entre o MEC e o MTB na política nacional de educação profissional denota uma divisão de tarefas, decorrente de uma visão, fragmentada e distorcida do papel da formação, o profissional. O MEC, ao reservar para si a responsabilidade pelo ensino tecnológico de terceiro grau e da formação técnica pós-secundária nos Centros Federais de Educação Tecnológicos (CEFET) não relega ao descaso a formação o de nível médio profissionalizante.

Assim, ao segmentar o ensino médio tecnológico, retirando-lhe do currículo o ensino das humanidades, mostra ter uma visão de trabalhador ainda presa ao modelo de produção taylorista.

Por conseguinte, o Ministério do Trabalho, ao se preocupar com os setores da sociedade propensos a marginalização econômica, reserva para estes uma formação de caráter residual medida que a qualificação recebida atende aos interesses imediatos da produção e não formação do cidadão. Com base no próprio processo educativo, ou seja, enquanto o MTB direciona suas ações para uma clientela excluída do mercado de trabalho e com pouca possibilidade de ascender socialmente, o MEC também concebe a educação profissionalizante de modo a refletir um momento de contenção de classes. Ambos os ministérios negam a educação profissionalizante a possibilidade de ser um instrumento democratizador de conhecimentos e de valores fundamentais para o exercício da vida cidadã.

Além disso, o MEC, ao reformular o ensino médio e desarticulá-lo do ensino profissionalizante, estabeleceu duas redes de ensino que são endereçadas a setores sociais distintos. Enquanto os de melhores condições econômicas terão a possibilidade de se qualificarem para o prosseguimento dos estudos, aos setores mais carentes e excluídos estabeleceu-se um padrão de educação que não incorpora uma relação articulada entre teoria e prática, comprometendo diariamente a formação destes indivíduos enquanto cidadãos.

Desse modo, ao negar a dicotomia entre educação profissionalizante e a acadêmica, não assegurou a primeira os conhecimentos necessários ao exercício de uma vida mais participativa e mais reflexiva.

Deve-se destacar que, os estudantes das camadas populares, matriculados nas escolas públicas de nível médio, terão que conviver com as condições adversas apresentadas à implementação das modificações necessárias ao oferecimento de um ensino de qualidade. Dito de outra forma, estes estudantes podem passar a ser penalizados não só pela escola deixar de articular a profissionalização com o ensino geral ainda que a qualidade dos cursos

profissionalizantes fosse questionada, mas também por vivenciarem um ensino de segunda categoria. Diante da tendência de redução dos investimentos estatais na educação, pode-se estar assegurando mais uma vez, uma cidadania de segunda classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre as questões referentes ao uso das tecnologias na educação foram possíveis concluir que: é uma possibilidade metodológica voltada para o desenvolvimento da educação de qualidade. Neste sentido, o ensino de qualidade na sociedade é capaz de dinamizar a aprendizagem podendo apresentar para os alunos novos métodos em diferentes momentos ou contextos.

Além disso, o estudo mostra que, práticas de ensino e aprendizagem tendo como norte um modelo desatualizado de ensino e aprendizagem com materiais defasados não pode contribuir para o avanço dos alunos em direção a aquisição de novos saberes. Estes meios utilizados em sala de aula podem ser acionados para potencializar a aprendizagem de todos. Desse modo, os estudiosos preocupados com esta temática como: Cardoso, Kenski, Morim, Valente, dentre outros, contribuíram para reconhecer o quão é indispensável à aprendizagem mediada por recursos didáticos atrativos.

Posto isto, conclui-se que, os materiais utilizados nos contextos educacionais podem promover a aprendizagem quando é oferecida em uma ambiente de trabalho que, o aluno disponha de autonomia e a meio adequada à aprendizagem e ao ensino não se resumam apenas a interação constante do professor. Por isso, é preciso o aluno aprender através das descobertas, pois as dificuldades de alguns alunos podem ser usadas para encontrar estratégias de ensino para outros. Também ficou evidente que, o “erro” tem uma função educacional importante sendo necessário um ambiente de aprendizagem diversificado, pois, é proveitoso para quem ensina e para quem aprende. Enfim, a educação que se reporta a uma metodologia que recorra as TICs amplia o universo de conhecimentos dos alunos, além de impulsionar o surgimento de experiências inovadoras e aprendizagens de qualidade motivando e capacitando todos num ambiente de ensino norteado pelo dinamismo na prática pedagógica.

Por isso, não é possível negar que as novas tecnologias estão presentes nas experiências diárias dos indivíduos e a escola não pode ficar a margem dessas vivências dos alunos. Hoje, o aprendizado é diferente das gerações anteriores e a reforma no ensino trouxe mudanças nas disciplinas e nos conteúdos. Por outro lado, são muitas as mudanças e as transformações que ocorreram nas últimas décadas na sociedade brasileira e estas estão se refletindo na escola, onde os professores não podem mais ficar indiferentes as mudanças e seus redirecionamentos e reconstruções. Neste sentido, conclui-se que, a construção dos

saberes a partir do uso das tecnologias na educação dos jovens oportuniza melhores condições de acesso ao mercado de trabalho.

Enfim, o Ensino Médio profissionalizante mediado pelos ambientes digitais com pesquisa na Internet, artigos de Blogs, sites, e-mails, possibilita o desenvolvimento de experiência aliadas ao meio tecnológico, uma vez que ensinar a aprender mediante o uso das tecnologias, significa capacitar os indivíduos com qualidade para atuar no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovani. **Trabalho e Mundialização do Capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. Londrina: Práxis, 1999.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 8ª Ed. Campinas – SP: Cortez Editora, 1995. p.200.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20.12.96. In: BRZEZINSKI, I. **LDB INTERPRETADA: diversos olhares se entrecruzam**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____ Plano decenal de educação para todos. Brasília, MEC, 1993.

_____ Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares do Ensino Médio**.

_____ PARECER CEB 15/98, aprovado em 1/6/98. Brasília, 1998.

_____. Decreto nº 2.208: regulamenta a educação profissionalizante. Fernando Henrique Cardoso: Presidente da República. Diário Oficial da União, nº 74, p.7761; sexta-feira, 18 de abr. 1997. Brasília, DF: 17/04/97.

_____. Decreto nº 5.154: de 23 de julho de 2004. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação nacional e dá outras providências.

BRYAN, N. A. **Educação, trabalho e tecnologia em Marx**. s/d. p.19.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. Sp: Xamã, 1996.com equidade. Brasília: IPEA/CEPAL/INEP, 1995.

CZERNISZ, Eliane C. S. **Política do ensino médio e educação profissional técnica de nível médio: A educação escolar no contexto de reformas ocorridas a partir de 1990 no Estado do Paraná**. Marília, (Doutorado em Educação), 2006.

DELORS, Jacques (Org). **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo, Cortex; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.

FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GIROTO, C. R. M. POKER, R. B. OMOTE, S (org.) **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. Oficina Universitária. Marília - São Paulo. Cultura Acadêmica 2012.

HARVEY, F. A. V. **O caminho da servidão**. Tradução e revisão de Anna Maria Capovilla, José Italo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990, p.221.

HÖFLING, E. de M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. In: Cadernos Cedes, v. 21, nº 55, Campinas – SP, Nov. 2001, p. 1-10. Disponível em : <http://www.scielo.br>. Acesso em 02 de agosto de 2006.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2007.

KUENZER, A. Z. **Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1998. (Coleção Estudos Culturais em Educação), p.55-75.

_____. **A formação de educadores no contexto das mudanças no mundo do trabalho: Novos desafios para as faculdades de educação**. In: Educação e Sociedade. Campinas, v. 19, n. 63, p.105-125, 1998.

MASSETTO, M. T. **Aulas Vivas**. São Paulo: MG, 1992, p.98.

MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente: implicações na formação do professor e nas práticas pedagógicas**. Em aberto, Brasília, n.16, p.57-559, abr/jun 1996.

MORAN, José Emanuel; MASSETTO, Marcos e BEHRENS, Marilda. **Novas tecnologias e mediações pedagógicas** 4 ed. Campinas: Papirus, 2001.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.

MÉSAZAROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

PIMENTA, C. C. A reforma gerencial do Estado brasileiro no contexto das grandes tendências mundiais. In: **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 32 (5), set/out 1998, p.173-199.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. RJ: Fio Cruz, 1989.

_____. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002

ZOTTI, A. S. **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil dos jesuítas aos anos de 1980**. Campinas: Autores Associados, 2004.

